

TERCEIRIZAÇÃO DA CULTURA PARA AS OS JÁ CONSOME METADE DA VERBA PÚBLICA

Tadeu Breda
Jornalista



A parceria com Organizações Sociais na administração de equipamentos públicos é a principal política do PSDB no setor cultural, em São Paulo. Mas, ao terceirizar a gestão de museus, teatros e orquestras, a Secretaria da Cultura deixa de disseminar a participação da sociedade civil na elaboração de políticas para o setor. Apesar de conferir agilidade aos gestores, as OS consumiram quase metade do orçamento da Cultura em 2010 e 2011 e constituem um mecanismo usado pelo governo para facilitar a prestação de serviços sem a necessidade de contratar novos funcionários públicos, enfraquecendo assim o Estado nesse setor

As Organizações Sociais de Cultura surgiram no arcabouço legal do Estado de São Paulo em 1998, após a aprovação da Lei 846. Sua natureza é delineada já no artigo primeiro do texto: “O Poder Executivo poderá qualificar como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas à saúde e à cultura”. No artigo sexto, seus fins ficam mais claros: governo e OS são parceiros no “fomento e execução de atividades relativas à área da saúde ou da cultura”.

O surgimento desse novo ente jurídico permitiu que o governo estadual fosse paulatinamente abrindo mão da gestão direta de seus equipamentos de cultura em prol das OS. De 1998 para cá, museus, salas de espetáculo, teatros, orquestras, centros culturais, oficinas, escolas de música, festivais, bibliotecas, companhias de dança e teatro

deixaram de ser gerenciados pelo poder público. Hoje, são 22 as Organizações Sociais qualificadas pelo Estado: elas administram pelo menos 34 equipamentos públicos de cultura na capital, litoral e interior.

De acordo com o site da Secretaria, a OS responsável por gerir o maior número de instituições é a Associação Cultural de Amigos do Museu Casa de Portinari. Sob sua tutela estão sete museus artísticos, históricos e pedagógicos, num leque temático que abrange desde o Museu Índia Vanuïre, construído para preservar a cultura material das etnias indígenas, até o Museu Bernardino de Campos, que se vale da imagem do ex-governador para conservar objetos utilizados entre o final do século 19 e meados do século 20. A maioria das OS, porém, se dedica à administração de, no máximo, três entidades. É o caso, por exemplo, da Associação Paulista dos Amigos da Arte, responsável pelos teatros de Dança, Sérgio Cardoso e São Pedro.

Para entender o advento das OS, é preciso romper as fronteiras políticas do Estado de São Paulo e voltar no tempo, até o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso como presidente da República. Ao assumir o Palácio do Planalto, em 1995, FHC deu início a um amplo processo de reforma do aparelho do Estado. Para tanto, criou e incumbiu da tarefa o Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, cujo mentor intelectual e titular foi o professor e economista Luiz Carlos Bresser-Pereira.

As mudanças preconizadas pelo governo tucano tinham como objetivo, segundo seu idealizador, “contribuir para a formação de um aparelho de Estado forte e eficiente”. Traduzindo, a reestruturação destituiu o aparato estatal de uma série de funções que não eram consideradas “centrais” ao seu rol de atribuições. “Um dos princípios fundamentais da reforma de 1995 é o de que o Estado só deve exe-

cutar diretamente as tarefas que são exclusivas de Estado”, explica Bresser-Pereira num de seus textos sobre o tema. Sendo assim, “todos os demais serviços que a sociedade decide prover com os recursos dos impostos não devem ser realizados no âmbito da organização do Estado, por servidores públicos, mas devem ser contratados com terceiros”.

No final da década, em plena sintonia com as mudanças gerenciais que eram implementadas em Brasília, o governo paulista decidiu colocar Saúde e Cultura no balaio dos “demais serviços” — e abriu as portas para a entrada das OS em ambos os setores.

“Na Secretaria de Cultura, desde o músico até setor de atendimento, digitador, secretárias, todos eram empregados do Baneser”, diz Marcos Mendonça. “A Orquestra Sinfônica, por exemplo, era toda contratada pelo Baneser”

Inicialmente, apenas a gestão privada dos hospitais públicos estava prevista no projeto da Lei 846. A inclusão dos equipamentos culturais no sistema de organizações sociais se deu graças ao empenho pessoal de Marcos Mendonça, que ocupou a pasta da Cultura nas duas gestões

de Mário Covas, entre 1995 e 2002. Ele mesmo explica por quê.

“Quando assumi a Secretaria, 84% dos quadros eram compostos por funcionários do Baneser”, lembra. Um pequeno esforço de memória fará lembrar que o Baneser foi uma empresa criada por Orestes Quércia dentro do antigo Banespa para flexibilizar a contratação de pessoal pelo Estado. “Era uma empresa do governo que fornecia mão de obra para os órgãos públicos”, resume o ex-secretário.

Muita gente ingressou na administração estatal por meio do Baneser. Com a desculpa de oferecer agilidade à gestão dos recursos humanos estaduais, a empresa acabou se transformando em balcão de negócios para o clientelismo dos políticos no poder. Quércia se aproveitou dela, mas quem azeitou suas engrenagens foi seu sucessor, Luiz Antônio Fleury Filho: acredita-se que, com ele, o Baneser serviu de instrumento para a contratação, sem concurso público, de 21 mil pessoas.

“Na Secretaria de Cultura, desde o músico até setor de atendimento, digitador, secretárias, todos eram empregados do Baneser”, diz Marcos Mendonça. “A Orquestra Sinfônica, por exemplo, era toda contratada pelo Baneser”. Quando o Ministério Público finalmente declarou a ilegalidade da empresa e o governador Mário Covas decidiu extingui-la, a Secretaria de Cultura se viu, do dia para a noite, com um déficit imenso de pessoal. E os postos ficaram ainda mais vazios — continua o ex-secretário — quando o Executivo decidiu acabar com a dança de cargos entre diferentes setores do aparato estatal.



Marcelo Araújo

“Além dos funcionários do Baneser, havia na Secretaria da Cultura um grande contingente de pessoas que, na realidade, eram funcionárias de outros órgãos da administração, ‘tipo’ Imprensa Oficial e outras secretarias. Isso totalizava mais 10% dos nossos quadros”, contabiliza Mendonça. No total, segundo ele, o fim do Baneser e o reordenamento do funcionalismo limaram a Secretaria da Cultura de 94% de seus funcionários. Todos eles estavam irregulares: ou não haviam prestado concurso público ou haviam, mas para outro setor.

“A partir daí, começamos a recompor a Secretaria utilizando alguns caminhos dentro da legislação. Fizemos contratações temporárias ou artísticas, que, por um momento, nos permitiram desenvolver as ações da Secretaria”, recorda o ex-secretário. “Mas precisávamos encontrar uma fórmula que viabilizasse o desempenho permanen-

Daniel Garcia



André Sturm

te das nossas políticas”. Foi neste momento que Mendonça pensou em um passe de mágica: utilizar as organizações sociais para suprir as necessidades de pessoal da Secretaria da Cultura e, simultaneamente, conferir à pasta a mesma agilidade de gestão e contratação oferecida pelo extinto Banaser.

Em 2010, a Secretaria repassou cerca de R\$ 350 milhões às OS de Cultura, 49% do seu orçamento total, de R\$ 713 milhões. Para 2011, a previsão é de que as OS recebam R\$ 384 milhões ou quase 49% de R\$ 787 milhões

“O governo do Estado já estava estudando muito seriamente a aplicação das OS na Saúde. O governador Mário Covas havia construído 18 hospitais, que estavam em fase de acabamento e precisavam começar a funcionar, e a operação que se mostrava mais adequada se daria pelo novo sistema”, conta Mendonça. Foi assim que o Executivo paulista enviou à Assembleia Legislativa o projeto da Lei 846, oferecendo amparo legal à constituição das OS — mas apenas na Saúde. “No final do primeiro mandato do Mário Covas, eu me licenciei da Secretaria para voltar à Assembleia como deputado. Nesse período, apresentei uma emenda ao projeto de OS, incorporando também a Cultura. E foi aprovada”.

Além da Lei 846, delineiam a relação entre governo e OS de Cultura mais três decretos executivos (números 43.493, 50.611 e 53.330) e uma resolução da própria Secretaria, emitida no dia 27 de maio de 2008. Apesar da profusão de artigos e parágrafos sobre a matéria, o funcionamento das OS é bastante simples de ser entendido em suas linhas gerais.

Para gerir um equipamento público de Cultura, uma Organização Social deve, antes, ser qualificada pelo governo como uma entidade idônea e que comprovadamente possa dar conta do recado. Para tanto, precisa atender os requisitos previstos na legislação. Se aceita pelo Estado, e antes de começar a operar, a OS tem que formar um conselho de administração, organismo que será res-

ponsável pela gestão propriamente dita da entidade.

Uma vez qualificada, a OS se transforma numa espécie de prestadora de serviços para a Secretaria de Cultura. Isso quer dizer que o governo formula as políticas e diretrizes para cada museu, teatro, orquestra etc. e encomenda sua execução às OS. Para que possa atender as metas, as organizações sociais recebem do governo os recursos financeiros correspondentes. Também contam com a possibilidade de conseguir dinheiro diretamente na iniciativa privada, através de patrocínios ou apoios culturais — captação que seria quase impossível dentro do aparato estatal e que é citada pelos seus defensores como uma das maiores vantagens do modelo.

Em 2010, o Estado repassou cerca de R\$ 350 milhões às OS de Cultura, pouco mais de 49% do orçamento total da Secretaria, que foi de R\$ 713 milhões. Para 2011, a previsão é de que, até dezembro, as organizações sociais recebam R\$ 384 milhões, ou 48,7% dos recursos orçamentários, hoje na casa dos R\$ 787 milhões. Com verba em caixa e diretrizes definidas, as OS executam os projetos e, depois, prestam contas do que fizeram. Se estiver tudo certo, renovam o contrato com o governo por mais um período. Apesar de não ter a prerrogativa de escolher diretamente a direção ou os conselheiros das OS, a Secretaria, caso não goste do que viu, pode romper a relação e buscar uma nova parceira.

A administração de equipamentos públicos de Cultura pelas OS não envolve lucro ou aquisição de ativos por particulares. “A propriedade dos imóveis e acervos segue sendo do Estado”, diz Marcelo Mattos Araújo, gestor da Pinacoteca

Tida como uma política de grande sucesso pelos membros e simpatizantes do governo do PS-DB, a eficácia e a validade das organizações sociais à frente da administração dos equipamentos estaduais de Cultura não é unanimidade entre a comunidade de artistas e gestores culturais. Parte deles enxerga, na delegação de funções às OS, terceirização ou mesmo privatização do setor.

“A sociedade civil deve participar da gestão da Cultura, mas não através de mecanismos que estimulem a terceirização”, critica José do Nascimento Júnior, presidente do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), órgão ligado ao Ministério da Cultura. “As parcerias com as OS revelam o nível de prioridade que o governo de São Paulo dedica à Cultura, porque só se terceiriza o que não é avaliado como importante, o que se interpreta como gasto de dinheiro”.

Contudo, a administração dos equipamentos públicos de Cultura

pelas OS (diferentemente do que aconteceu com as empresas estaduais privatizadas, como Telesp, Banespa e Eletropaulo) não envolve geração de lucro ou aquisição de ativos por particulares. “A propriedade dos imóveis e dos acervos segue sendo do Estado”, explica Marcelo Mattos Araújo, diretor executivo da Associação Pinacoteca Arte e Cultura, responsável pela gestão da Pinacoteca do Estado, da Estação Pinacoteca e do Memorial da Resistência. As benfeitorias que as OS venham a realizar nas instituições que administram são incorporadas ao patrimônio público. No caso da Pinacoteca, Araújo enumera programas de manutenção predial preventiva, vigilância e segurança, informatização dos processos, preservação, documentação e ampliação dos acervos em mais de 2 mil obras.

“O que é transferido à sociedade é a gestão de um equipamento ou serviço público”, defende Cláudia Costin, sucessora de Luiz Carlos Bresser-Pereira no Ministério de Administração Federal e Reforma do Estado, durante o governo FHC, e ex-secretária da Cultura de São Paulo, com Geraldo Alckmin. Para ela, o conceito mais correto para descrever relação entre o governo paulista e as OS de Cultura é “publicização”.

Embates conceituais à parte, a pergunta que não quer calar na garganta do presidente do Ibram é: se o Estado põe dinheiro público nas organizações sociais, por que ele mesmo não administra seus próprios museus? “As secretarias de Cultura e o MinC também são gestores e devem fazer sua parte no

sentido de conservar o patrimônio e promover a Cultura. A guarda de acervos é uma missão essencial do Estado no âmbito da Cultura”, insiste Nascimento Júnior, alertando para os riscos que essa manobra jurídica pode ocasionar. “O grande perigo de deixar o trabalho nas mãos das OS é que o poder público pode acabar perdendo sua capacidade de gerir e acumular conhecimento numa área tão estratégica.”

“A alternativa que existe às OS hoje, que é o Estado antigo, não é melhor”, pensa Celso Frateschi, do TUSP. “Existem funções que o Estado deveria preservar, e deveria haver funcionários públicos para executá-las, mas também deve haver agilidade”

Ainda assim, é forte entre gestores e artistas a idéia que a Cultura precisa de maior flexibilidade administrativa. O próprio Baneser só havia ganhado tanto espaço como instrumento de contratação de pessoal na Secretaria porque, em que pesem as ilegalidades, proporcionava agilidade à gestão de orquestras, companhias de dança, teatros e museus.

“Meus colegas que me desculpem, mas atores e bailarinos não devem ser funcionários públicos. Essa é uma condição quase anta-

gônica à sua função de críticos da sociedade. O artista tem que ter garantias, claro, mas não a mesma segurança trabalhista de um juiz de Direito”, opina o ator Celso Frateschi, diretor do Teatro da USP (TUSP), ex-secretário municipal da Cultura de São Paulo e ex-presidente da Funarte. “As OS resolveram esse problema porque estipularam outro tipo de contratação num momento em que precisávamos de alternativas estruturais na área da Cultura”, recorda.

“A gestão do Estado ficou muito amarrada, porque, devido à corrupção, foram instituídos muitos mecanismos de controle”, contextualiza André Sturm, diretor executivo da Associação de Amigos do Paço das Artes, que administra o Paço das Artes e o Museu da Imagem e do Som (MIS). “A lógica de compras e contratações do setor público foi pensada para a construção de estradas e pontes. Não dá para gerir a Cultura como se administra uma obra. Dez toneladas de areia são dez toneladas de areia. Mas quem é melhor: Tim Maia ou Jorge Ben? Qual deve ter cachê mais alto? São coisas bem diferentes”.

A constatação de que as regras do Estado brasileiro inviabilizam a gestão cultural, porém, não significa necessariamente que a melhor — ou única — saída para a administração dos equipamentos públicos seja a parceria com o setor privado. “Não podemos demonizar o privado e elevar o público ou vice-versa”, pontua José do Nascimento Júnior, do Ibram. “Devemos investir nas áreas públicas que são importantes e fazer parcerias com a iniciativa privada

Ascom/Ibram



José do Nascimento Jr.

apenas em áreas que o setor público não consegue alcançar”.

Para o governo do Estado de São Paulo, a Cultura inteira é uma dessas áreas. E o sistema de OS foi a alternativa escolhida. “É complicado, porque a alternativa que existe às OS hoje, que é o Estado antigo, não é melhor”, problematiza Celso Frateschi, do TUSP. “Há muito desperdício de dinheiro e uma completa falta de racionalidade. Existem funções que teriam de ser preservadas pelo Estado, e deveria haver funcionários públicos para executá-las, mas também deve haver agilidade na ação. Não é uma equação simples”.

“A administração de equipamentos culturais sob o sistema de OS é a busca por um sistema mais produtivo, com ampla governança corporativa e transparência, a partir de uma parceria com a sociedade civil”, define Araújo, da Pinacoteca. “Somente esse sistema oferece a agilidade administrativa e a estabili-

dade orçamentária necessárias para a implantação de projetos culturais dinâmicos e de elevada qualidade”.

“Existe uma maneira de minar a gestão pública, sucateando-a. Assim fica fácil dizer que é ineficiente”, denuncia Nascimento Jr. “Sem dinheiro, o setor público fica ineficiente mesmo: não há reciclagem, não há conhecimento, não há evolução”

Para José do Nascimento Júnior, porém, a opção pelas OS é uma opção política que está em sintonia com o ideário do PSDB. “Existe uma maneira de minar a gestão pública, sucateando-a. Assim fica fácil dizer que é ineficiente”, denuncia, explicando porque, nas mãos de outro grupo político, o governo federal não sentiu a necessidade de formar OS para administrar seus equipamentos de Cultura. “Vimos, sim, a urgência de investir mais nos museus e qualificar seus gestores, injetando mais recursos e abrindo concursos públicos. Sem dinheiro, o setor público fica ineficiente mesmo: aí não há reciclagem, não há acúmulo de conhecimento, não há evolução”, compara.

Público, privado ou mistura de ambos, o surgimento das OS sus-

citou em muita gente a esperança de que o novo sistema de gestão fizesse com que a Cultura em São Paulo fosse, finalmente, despartidarizada. Ou seja: pensou-se que a autonomia administrativa concedida às OS pela legislação permitiria a execução de políticas culturais de longo prazo, mais imunes às mudanças de governo ou, no caso paulista, às disputas internas ao partido que está no poder.

Nos últimos meses, porém, a Secretaria de Cultura suscitou acaloradas discussões no meio artístico ao intervir diretamente na administração de duas organizações sociais, provocando mudanças em diretorias e conselhos. Descontente com a gestão do MIS e do Paço das Artes, o secretário Andrea Matarazzo sugeriu ao conselho da Associação de Amigos do Paço das Artes a nomeação do empresário audiovisual André Sturm, dono do extinto Cine Belas Artes e ex-funcionário da própria Secretaria da Cultura.

No Museu Afro Brasil, a atuação de Matarazzo provocou uma reestruturação completa do conselho administrativo. Cabe notar que todos novos conselheiros têm alguma ligação com o grupo político que controla o governo do Estado. Veio gente da Sabesp e do PSDB, e gente que foi da Secretaria de Planejamento.

As medidas não deveriam surpreender. Primeiro, porque o programa de governo apresentado por Geraldo Alckmin nas últimas eleições já adiantava qual seria a postura do poder público com respeito às OS: “Corrigir as dis-



Daniela Bousso

torções no atual modelo de gestão estadual da Cultura, principalmente no que diz respeito à atuação, responsabilidade e prerrogativas das OS, retomando o papel da Secretaria de Cultura na condução da política pública de cultura”.

“Deixar de fazer concurso público e contratar por CLT é tirar estabilidade e plano de carreira do funcionário”, avalia Daniela Bousso, ex-diretora executiva do MIS. “É complicado operar dentro de uma estrutura engessada como as OS”

Depois, o governo paulista jamais pensou em conceder maior autonomia às OS que não fosse a liberdade de fazer, do jeito que achar melhor, o que o governo pede. “O poder público tem controle absoluto sobre as organizações sociais. É ele que fixa as regras”, diz o ex-secretário Marcos Mendonça. Em relação à intervenção do Estado sobre a formação dos conselhos e nomeação de diretores, a justificativa é a mesma: “Deve haver sintonia entre a OS e o governo. Se os conselheiros pensam ou idealizam uma política contrária ou divergente da política estabelecida pelo poder público, evidentemente, haverá conflito e a OS não poderá prestar o serviço adequadamente”.

Tudo isso faz com que o trabalho nas OS se realize de maneira muito parecida com o funcionalismo público, sem que seja funcionalismo público: traz consigo vícios, como a indicação e apadrinhamento político, mas não os benefícios e direitos, principalmente as vantagens trabalhistas.

“Portanto, é um sistema que beira à traição, porque deixar de fazer concurso público e contratar por CLT é tirar a estabilidade e o plano de carreira do funcionário”, avalia Daniela Bousso, ex-diretora executiva do MIS e do Paço das Artes. “Não tenho uma visão paternalista, de que o Estado tenha que dar tudo, mas é complicado operar dentro de uma estrutura engessada como as OS, onde existem contradições entre o que o Estado pede, e o que nós queremos e de fato podemos”.

INTERVENÇÃO DE ALCKMIN NO MEMORIAL DA AL FOI “DESASTRADA”, DIZ CARLOS GUILHERME MOTA

Tadeu Breda
Jornalista

Daniel Garcia



Professor Carlos Guilherme

O professor emérito Carlos Guilherme Mota, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP), perdeu o respeito pelo governador Geraldo Alckmin. A gota d'água que desbordou a paciência do historiador foi a intervenção “desastrada” do tucano na direção da Fundação Memorial da América Latina. Em agosto, o Palácio dos Bandeirantes pediu a cabeça de Fernando Leça, que estava à frente da instituição havia seis

anos. Em seu lugar, assumiu Antônio Carlos Pannunzio, ex-deputado estadual que ficou sem mandato após as eleições de 2010. A mudança constrangeu alguns intelectuais ligados ao Memorial, como Mota, por dois motivos. Primeiro, porque avaliam que Leça vinha realizando um bom trabalho. Segundo, porque seu mandato ainda não havia terminado: duraria até 2013.

Na entrevista abaixo, o professor também se diz incomodado pelo in-

disfarçável caráter “politiqueiro” da nomeação. Procurados pela *Revista Adusp*, nem Pannunzio nem Leça quiseram comentar o troca-troca de cargos: o ex-presidente decidiu tirar férias no exterior, e o novo ainda está delineando os objetivos de sua gestão. Enquanto isso, Mota está preocupado. “Não sei para onde vai o Memorial”.

O que fez com que o Sr. se colocasse contra a mudança de direção na Fundação Memorial da Améri-

ca Latina?

O governador tem sido infeliz em suas ações no plano cultural. Ele tem o poder de mudar diretores e presidentes de órgãos da administração, mas não desse modo desastrado, atendendo a interesses de grupetos partidários. Incomodame o fato de ter escolhido gente de baixo nível cultural para postos que, por definição, requerem formação e excelência, estudos e conhecimento. No caso do Memorial da América Latina, que ajudei a definir em seu início, a pedido de Darcy Ribeiro e Antonio Candido, contamos com a participação de Octávio Ianni, Aracy Amaral, Alfredo Bosi e Amayo-Zevallos, entre outros especialistas que auxiliaram em sua conceituação. Ora, o Memorial viveu uns poucos momentos bons — com Fabio Magalhães, por exemplo — e outros de decadência gritante. Agora, com Fernando Leça, vinha entrando numa fase muito produtiva e crítica.

Leça é ligado à cultura, foi secretário da Cultura, deu apoio à Fapesp quando deputado, enfim, é um homem respeitado pela comunidade letrada, com visão cosmopolita e densa. Além disso, tinha um mandato a cumprir, que foi desconsiderado pelo governador. Inacreditável que o “democrata” Geraldo Alckmin tenha feito isso. Perdi-lhe o respeito. Quanto a Panunzio, trata-se de político de pouco sucesso, de perdidas eleições e parcas leituras, sem uma visão de mundo e da problemática América Latina em suas complexas dimensões político-culturais. Não sei para onde vai o Memorial. Espero que o

novo interventor ao menos mantenha o que Leça construiu. Aliás, o problema não se resume a ele, pois inclui o secretário da Cultura, Andrea Matarazzo, e suas pretensões absurdas para nosso Estado.

Antes do Memorial, pelo menos duas instituições públicas geridas por Organizações Sociais sofreram intervenção direta do governo: Museu da Imagem e do Som e Museu Afro Brasil. Como interpreta essas atitudes do governo?

Essas intervenções são desastradas, feitas sem critério e sem consultas à comunidade universitária, que tem formado quadros de excelência aqui e no Exterior. Faça-se um levantamento de pesquisadores em nossas três principais universidades — e mais algumas poucas outras particulares — e veremos que há gente de alto nível a quem esse governo politiqueiro não dá voz nem vez neste Estado.

O que motivou o governo de São Paulo a instituir o sistema de Organizações Sociais (OS) para administrar os equipamentos públicos de cultura?

Está claro que teríamos exemplos melhores a seguir, como o do Sesc e o do Senac. Tenho muitas dúvidas sobre o papel de certas Organizações Sociais... e de muitas ongs. O que me assusta mesmo é a incultura de nossos políticos, e a falta de visão de nosso governador nesse campo. Aliás, tanto tucanos quanto petistas andam devendo um projeto de nação para este país, o que é um tema fundamentalmente cultural. Chafurdamos na sociedade do espetáculo, da violência, do capitalismo sen-

zaleiro e da cultura do *marketing*. Que cultura é essa? Quem somos nós e valemos enquanto povo? Acho que perdemos o sentido histórico que vinha sendo delineado desde as Diretas-Já até a Constituinte. Enredamo-nos logo no tal modelo autocrático-burguês denunciado pelo professor Florestan Fernandes, agora com o molho do subperonismo lulista, nada moderno. Enfim, como disse Mandela na prisão, o momento é de estudo, de leituras, de críticas, para sairmos desse lodaçal neoliberal e desse pseudomarxismo populista que “melou” as visões críticas que floresciam até a chegada dos dois últimos presidentes ao poder.

Em perspectiva, como avalia as gestões da Secretaria da Cultura desde o governo de Mário Covas até hoje em dia?

De modo geral, foram gestões medíocres, com poucas iniciativas úteis, como o Arquivo do Estado, a Sala São Paulo, a reforma da Pinacoteca ou o Museu Afro-Brasil. Mas, de fato, não houve uma continuidade de políticas administrativo-culturais que jogassem o Estado de São Paulo num patamar mais alto no cenário nacional e internacional. A Rádio Cultura vai bem, mas veja a TV Cultura, que pobreza, que falta de inspiração. A Universidade, a USP em particular, ainda vai jogar um papel importante na atualização de nossa cultura. Nosso inimigo é a mediocridade, tanto dos ditos “democrata-liberais” como das esquerdas. Mas para isso precisamos despertar as congregações, os conselhos departamentais, as associações, atualizando-as.